

Servidor reivindica greve e estabilidade

Regime jurídico único para todos os funcionários públicos, direito à sindicalização, à greve e estabilidade no emprego, são as principais sugestões da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), encaminhada à Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos.

O presidente da Confederação, Archimedes Pedreira Franco, disse que os constituintes devem interpretar a atual realidade brasileira "e ter em mente que, apesar da lei não permitir, várias categorias de servidores públicos entram ou já entraram em greve".

Archimedes Pedreira Franco entende que a nova Constituição deve materializar o que vem ocorrendo no Brasil: "Os servidores públicos estão conscientizados da necessidade de terem assegurados os seus direitos, lembrando que a classe "é a mais aviltada de todas as categorias".

A Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores, presidida pelo deputado Geraldo Campos (PMDB-DF) ouviu também o depoimento de Aluísio Ribeiro, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nos Transportes Marítimos, Aéreos e Fluviais.

Subcomissão econômica recebe 400 propostas

Mais de 400 propostas chegaram à Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas, segundo informou ontem seu presidente, deputado Benito Gama (PFL-BA).

A maior parte desses textos ainda está sendo classificada e tabulada para entrega ao relator.

Após a reunião plenária de ontem da Subcomissão, Benito Gama convocou a imprensa para uma entrevista coletiva, hoje no gabinete da presidência da subcomissão, onde dará conta do número total de propostas apresentadas, fará um resumo dos principais assuntos abordados nelas e informará da tendência já observada junto aos constituintes que tratam da matéria.

Benito Gama não quis dar qualquer informação ontem alegando que ainda não tinha conhecimento de grande parte das proposições, mas convocou a coletiva afirmando que, "mesmo sendo um assunto de competência do relator, eu como presidente posso falar sobre a tendência já verificada nos trabalhos em plenário". A coletiva está marcada para as 12 horas.